

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE COTIA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapecerica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Cotia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.049/0001-20, com sede na com sede na Av. Professor Manoel José Pedroso, 1347, Parque Bahia, Cotia – SP, CEP 06.717-10, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Rogério Cardoso Franco, inscrito no CPF(MF) sob nº 191.051.098-09, portador da CI. sob o nº 30.063.815-2, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES**

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

**CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR DE RATEIO**

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS VEDAÇÕES**

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS RESTRIÇÕES**

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

**CLÁUSULA OITAVA
DO FORO**

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.


Prefeito Jorge José da Costa

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD

Rogério Cardoso Franco

Prefeito de COTIA


ROGERIO FRANCO
Prefeito

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapeverica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Embu das Artes, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.114/0001-17, com sede na com sede na Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, centro de Embu das Artes – SP, CEP: 06803-900, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Claudinei Alves dos Santos, inscrito no CPF(MF) sob nº 218.840.298-76, portador da CI. sob o nº 32.488.305-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, Inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019. 9

**CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES**

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembléia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

**CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR DE RATEIO**

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS VEDAÇÕES**

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS RESTRIÇÕES**

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

**CLÁUSULA OITAVA
DO FORO**

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.

Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD

Claudinei Alves dos Santos
Prefeito de EMBU DAS ARTES

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE EMBU GUAÇU.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapeverica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Embu Guaçu, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.148/0001-01, com sede na com sede na Rua Coronel Luis Tenório de Brito, 358, Centro, CEP: 06900-000, Embu Guaçu – SP, neste ato representado pelo(a) Chefe do Executivo, Prefeito(a) Maria Lúcia da Silva Marques, inscrita no CPF(MF) sob nº 058.150.021-00, portadora da CI. sob o nº 935505, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES**

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembléia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

**CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR DE RATEIO**

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS VEDAÇÕES**

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS RESTRIÇÕES**

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

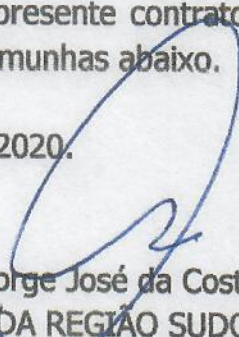
7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

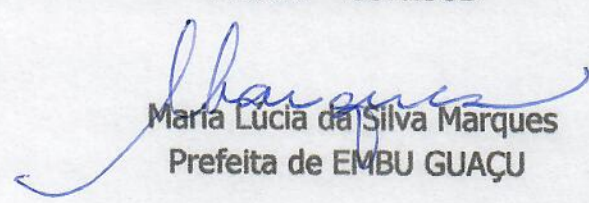
**CLÁUSULA OITAVA
DO FORO**

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.


Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD


Maria Lúcia da Silva Marques
Prefeita de EMBU GUAÇU

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____
Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapequerica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portado da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Itapequerica da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.130/0001-00, com sede na com sede na Avenida Eduardo Roberto Daher, 1135, Itapequerica da Serra – SP, CEP: 06850-040, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RATEIO

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEXTA DAS VEDAÇÕES

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS RESTRIÇÕES

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

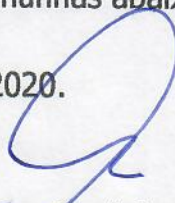
7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

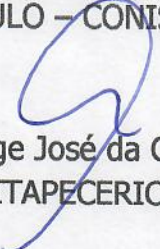
CLÁUSULA OITAVA DO FORO

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.


Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD


Jorge José da Costa
Prefeito de ITAPECERICA DA SERRA

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____
Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE JUQUITIBA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapecerica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Juititba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.155/0001-03, com sede na com sede na Rua Jorge Victor Vieira, 63, Centro, CEP: 06950-000, Juquitiba – SP, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Ayres Scorsatto, inscrito no CPF(MF) sob nº 588.207.368-53, portador da CI. sob o nº 6889057, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES**

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembléia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

**CLÁUSULA QUARTA
DO VALOR DE RATEIO**

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS VEDAÇÕES**

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DAS RESTRIÇÕES**

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

**CLÁUSULA OITAVA
DO FORO**

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.

Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD

Ayres Scorsatto
Prefeita de JUQUITIBA

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA SERRA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapeverica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de São Lourenço da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 59.058.131/0001-72, com sede na com sede na Rua Onedina Maria de Camargo, 422, Centro, São Lourenço da Serra – SP, CEP: 06890-000, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Ary Antônio Despezzio Cintra, inscrito no CPF(MF) sob nº 296.074.878-69, portador da CI. sob o nº 34.180804-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RATEIO

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEXTA DAS VEDAÇÕES

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS RESTRIÇÕES

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

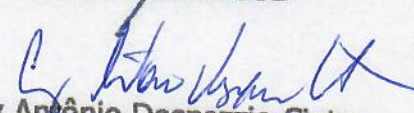
As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapequerica da Serra, 02 de janeiro 2020.


Prefeito Jorge José da Costa

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD


Ary Antônio Despezzio Cintra

Prefeito de SÃO LOURENÇO DA SERRA

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____
Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapecerica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Taboão da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 46.523.122/0001-63, com sede na com sede na Av. Brasil, 1146, Taboão Da Serra – SP, CEP: 06756-370, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Fernando Fernandes Filho, inscrito no CPF(MF) sob nº 001.071.008-60, portador da CI. sob o nº 4.612.934-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RATEIO

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEXTA DAS VEDAÇÕES

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS RESTRIÇÕES

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

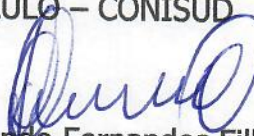
CLÁUSULA OITAVA DO FORO

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapecerica da Serra, 02 de janeiro 2020.

Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD


Fernando Fernandes Filho
Prefeito de TABOÃO DA SERRA

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____
Assinatura: _____

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD E O MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na R. Minas Gerais, 58 - Parque Paraíso, Itapeverica da Serra - SP, 06852-310, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 05031043/0001-58, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito Jorge José da Costa, inscrito no CPF(MF) sob nº 060.114.398-10, portador da CI. sob o nº 8377412-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO e de outro lado o Município de Vargem Grande Paulista, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 51.455.087/0001-22, com sede na com sede na Praça da Matriz, 75, Centro, Vargem Grande Paulista – SP, CEP 06.730-000, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Josué Silveira Ramos, inscrito no CPF(MF) sob nº 009.194.808-88, portador da CI. sob o nº 15.398.546-X, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
FUNDAMENTO LEGAL**

O presente instrumento de rateio fundamenta-se no art. 8º, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; na Cláusula Quarenta e quatro, inciso I, do Contrato de Consórcio Público e no art. 13 do Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio do CONSÓRCIO, para a execução de suas finalidades, previstos nos termos da Resolução nº 07 de 07 novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas na data do dia 15 de cada mês, por meio de depósito bancário na conta corrente específica abaixo indicada:

Caixa Econômica Federal

Agência: 1226

Conta Corrente: 00000874-1

3.2 constitui obrigação do CONSÓRCIO:

3.2.1 aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as despesas de custeio da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembléia Geral.

3.2.2 contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RATEIO

O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais, todo dia 15 de cada mês e sucessivas, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) cada.

4.1 As parcelas serão repassadas nos moldes disciplinados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEXTA DAS VEDAÇÕES

Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto nº 6.017/07.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS RESTRIÇÕES

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

7.1 Eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

As partes elegem o foro da sede do CONSÓRCIO para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapeverica da Serra, 02 de janeiro 2020.

Prefeito Jorge José da Costa
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO
PAULO – CONISUD

Josué Silveira Ramos
Prefeito de VARGEM GRANDE PAULISTA

TESTEMUNHAS:

Nome _____ RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____
Assinatura: _____